

JOSE FELIPE DE MELO
MARE: SEVERINA MARIA DE MELO
RIO DE JANEIRO-RJ
21JUL78
DISMISSÃO DO SERVIÇO MILITAR EM 23.04.01
POR ter sido incluído no excesso do
contingente

EM CASO DE CONVOCAÇÃO DEVE APRESENTAR-SE IMEDIATAMENTE
ISAIAS FELIPE DE MELO
RA
23 ANOS M
NÃO POSSUI
MINISTÉRIO DA DEFESA
EXERCÍCIO BRASILEIRO
CERTIFICADO DE DISPENSA
DE INCORPORAÇÃO

ASSISTENTE
ISAIAS FELIPE DE MELO
VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
Emitido em : 09/09/99
Esta documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE
PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo
nos casos previstos na legislação vigente.

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS
MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Receita Federal
Nome
ISAIAS FELIPE DE MELO
No de inscrição
010922064-18
Data do Nascimento
21/07/78

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
TÍTULO ELEITORAL
ISAIAS FELIPE DE MELO
DATA DE NASCIMENTO
28/07/1978
ZONA
1
SEÇÃO
212
MUNICÍPIO
JOÃO PESSOA/PB
DATA DE EMISSÃO
28/04/2000

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
TÍTULO ELEITORAL
ISAIAS FELIPE DE MELO
DATA DE NASCIMENTO
28/07/1978
ZONA
1
SEÇÃO
212
MUNICÍPIO
JOÃO PESSOA/PB
DATA DE EMISSÃO
28/04/2000

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
TÍTULO ELEITORAL
ISAIAS FELIPE DE MELO
DATA DE NASCIMENTO
21-07-1978
ZONA
1
SEÇÃO
212
MUNICÍPIO
JOÃO PESSOA/PB
DATA DE EMISSÃO
28/04/2000

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
TÍTULO ELEITORAL
ISAIAS FELIPE DE MELO
DATA DE NASCIMENTO
21-07-1978
ZONA
1
SEÇÃO
212
MUNICÍPIO
JOÃO PESSOA/PB
DATA DE EMISSÃO
28/04/2000

RAFAEL DO REGO CAMPOS
RUA CELERINA PAIVA, 351 / AP 02 - MANDACARU
JOAO PESSOA / PB CEP: 58000000 (AG: 1)

Classe/Subcls: RESIDENCIAL / BAIXA RENDA MONOFÁSICO Br230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
Roteiro: 3 - 1 - 204 - 2101 Referência: Mai / 2017 CNPJ09.095.183 / 0001-40 Ins. Est. 16.015.823-0
Nº medidor: 00008457530 Emissão: 08/05/2017 Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº000 226.443

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº000 226.443
Código para Débito Automático: 00016017667

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a

UC (Unidade Consumidora): 5/1601766-7

Mai / 2017

Canal de contato

Apresentação

Declaração de Quitação Anual de Débitos:
Conforme previsto na Lei 12.007 de 29 de julho de 2009, informamos a quitação dos débitos referentes aos faturamentos regulares de energia elétrica desta unidade consumidora vencidos no ano de 2016 e dos anos anteriores. Esta declaração substitui, para a comprovação do cumprimento das obrigações do consumidor, as quitações dos faturamentos mensais dos débitos do ano a que se refere, e dos anos anteriores.

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

08/05/2017

Data prevista da próxima leitura

06/06/2017

CPF/ CNPJ/ RAN

95412050468

Insc. Est. :

Faturas em atraso

12/04/2017	40,54
15/03/2017	82,67
10/02/2017	53,43

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
04/17	4698	09/05/17	4797	1	99	35

Demonstrativo			
Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo até 30KWh-BR	30	0,13602	4,08
Consumo - 31 a 100KWh-BR	89	0,23318	16,06
Adic. B Vermelha			1,55
Subsidio			21,39
ICMS			15,82
PIS			0,87
COFINS			3,08
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS			
CONTRIB SERV. LUM. PÚBLICA			1,26
Devolução Subsidio			-21,39

Histórico de Consumo
(kWh)

Abr/17	93
Mar/17	118
Fev/17	113
Jan/17	113
Dez/16	170
Nov/16	127
Out/16	102
Set/16	101
Ago/16	98
Jul/16	62
Jun/16	107
Ma/16	11

Média dos últimos meses
 106

VENCIMENTO
15/05/2017

TOTAL A PAGAR
R\$ 42,34

RESERVADO AO FISCO

3b95.0aa3.4d1c.7cb0.edb1.4bd3.46fa.4222

Indicadores de Qualidade 2017 - Bem

Composição do valor total da sua conta

	Limites da ANEEL	Agurado	Limite de Tensão (V)
DIÁRIA	4,00	0,00	
SEMANAL	10,00		NORMAL
DIÁRIA	10,00		
SEMANAL	10,00	0,00	CONTRAÇÃO
TRIMESTRAL	10,00		INTERMEDIÁRIA
ANUAL	10,00		LIMITES SUPLENTE
DIÁRIA	10,00	0,00	
SEMANAL	10,00		
TRIMESTRAL	10,00		
ANUAL	10,00		

Discriminación	Valor (R\$)	%
Servços de Dist. de Energia PB	7.81	18,45
Companhia de Energia	11.11	24,88
Servço de Transmissão	1.11	2,52
Energia Solar	1.11	2,52
Servço de Distribuição e Encargos	20.00	48,72
Outros Servços	0,00	0,00
Total	42,34	100,00

Valor do EUSD (Ref. 3/2017) R\$ 14,76

ATENÇÃO

REAVISO Caso(s) a(s) fatura(s) acima conforme, em anexo, o fornecedor poderá ser suspenso a partir de 23/05/2017. Conforme Resolução 414/ANEEF. O pagamento após essa data não elimina a possível suspensão do fornecedor, caso o mesmo não seja comunicado ou as contas pagas não estejam na unidade de controle. Assim, o prazo para a entrega das faturas deve ser observado. Caso contrário, a suspensão neste PRAZO NÃO VALE PARA AS FATURAS JA REAVISADAS, para estas a suspensão do fornecedor poderá ocorrer a qualquer momento até o decorso do prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de vencimento da fatura vencida e não paga.

Fatura sujeita a cobrança em dígitos de 05 (cinco) dígitos de inadimplência, sendo a multa por fatura com 05 dígitos de inadimplência de R\$21,38.

energisa PARAÍRA

VENCIMENTO**TOTAL A PAGAR**

Roteiro: 3 - 1 - 204 - 2101
Matrícula: 1601766-2017-05-8

15/05/2017

R\$ 42,34

83600000000-7 42340149000-2 16017662017-9 05800010019-6



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA" E DECLARAÇÃO DE
HIPOSUFICIÊNCIA ECONÔMICA

Através do presente instrumento particular de mandato,
declaração
NOME Isaias Felipe de Melo EN-
DEREÇO Rua Celarina Paiva, 351, LAP 02 Manduará - JP
5 8007390RG CPF FONE

EMAIL desempregado PROFISSÃO desempregado
EST. CIVIL casado; nomeia e
constitui seu advogado, **AMÉRICO GOMES DE ALMEIDA**, inscrito na
Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 8424 - PB, CPF. 11043563415;
com escritório profissional situado na Rua Padre Azevedo, 409, sala 205;
Varadouro, cidade João Pessoa - PB, 58010460; fone 32242510;
987058446; 999166106, E MAIL: americoadv@gmail.com; **VINICIUS
ALMEIDA BANDEIRA, PAB-PB 23441; DANIEL DA SILVEIRA
MACAU, OAB-PB 15588**; no mesmo endereço, outorgando-lhe amplos
poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como
para o foro em geral e os especiais para transigir, fazer acordo, firmar
compromisso, substabelecer, renunciar, desistir, reconhecer a procedência
do pedido, receber intimações, receber alvarás, receber e dar quitação,
praticar todos atos perante repartições públicas Federais, Estaduais e
Municipais, e órgãos da administração pública direta e indireta, ajuizar
exceção, embargos, representar o outorgante perante os juizados especiais
cíveis e criminais, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas
privadas, impetrar mandado de segurança; recorrer a quaisquer instâncias e
tribunais, podendo atuar em conjunto ou separadamente no caso de atuar
com outro causídico, dando tudo por bom e valioso.

DECLARAÇÃO DE POBREZA: Outorgante declara que é
pobre na forma da lei, não podendo pagar custas judiciais.

AUTORIZAÇÃO EXPRESSA E EXCLUSIVA PARA
CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO: Pelo presente autorizo o outorgado ou
substabelecido a negociar e conciliar nos termos do art. 334, § 10º do
novo CPC em virtude da sua hipossuficiência de recursos.

João Pessoa, 05 de julho de 2017

OUTORGANTE Isaias Felipe de Melo



Secretaria da
Segurança e da Defesa Social
Delegacia Geral de Polícia Civil
Delegacia Geral Da Polícia Civil
1ª Superintendência Regional De Polícia Civil
Delegacia Especializada De Acidentes De
Veículos Da Capital



GOVERNO
DA PARAÍBA



CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA
Nº 01149.01.2016.1.02.202

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 01149.01.2016.1.02.202, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: Ao(s) 13 dias do mês de Junho de 2016, nesta cidade de João Pessoa, Delegacia Especializada De Acidentes De Veículos Da Capital, presente o(a) Delegado(a) de Polícia Civil Policial, **FRANCISCO DEUSDEDIT LEITÃO FILHO**, comigo, **CARLOS ANTÔNIO DUARTE FÉLIX**, Escrivão De Polícia, às 08:49 horas, compareceu **ISAIAS FELIPE DE MELO**, nacionalidade BRASILEIRA, profissão Jardineiro, naturalidade RIO DE JANEIRO, data de nascimento 21 de Julho de 1978, idade 37, filiação Severina Maria de Melo e José Felipe de Melo, Documento - CPF: 010.922.064-18, residente Rua Celerina Paiva, 209, Mandacaru, na cidade de João Pessoa/PB, telefone (83) 32438-689

DADO(S) DO(S) FATO(S)

Ocorrência 1:

Data/Hora do Fato: 02/04/16 11:40

Tipo do Local: VIA/LOCAL DE ACESSO PÚBLICO (RUA, PRAÇA, ETC)

Local do Fato: [NÃO INFORMADO], Mandacaru, João Pessoa - PB

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

QUE, no dia 02/04/16, por volta das 11:40h, quando atravessava a Rua Celerina Paiva, próximo a sua residência, no Bairro de Mandacaru, nesta cidade de João Pessoa/PB, foi atropelado por uma motocicleta de placa não identificada, tendo o notificante sofrido fratura da cabeça do rádio esquerdo, sendo admitido no Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena no dia seguinte (03/04/16), por volta das 09:54h, onde se submeteu a procedimentos médicos.

Nada mais havendo a declarar, foi cientificado o declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lido e achado conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa (PB) 13 de Junho de 2016

ISAIAS FELIPE DE MELO

Noticiante

CARLOS ANTÔNIO DUARTE FÉLIX

Escrivão De Polícia

Carlos Antônio Duarte Félix
Escrivão de Polícia Civil
Mat. 135.662-3

Procedimento: 01149.01.2016.1.02.202





GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA
Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência- FUNAD
CORDI - Coordenadoria de Triagem e Diagnóstico



GOVERNO
DA PARAIBA

LAUDO MÉDICO

Atesto que ISAIAS FELIPE DE MELO, D.N: 21/7/1978, CPF: 010.922.064-18, prontuário nº 16.1351-2, submeteu-se a uma avaliação, pela equipe interdisciplinar desta Coordenação - CORDI (Coordenadoria de Triagem e Diagnóstico) - FUNAD, pelo exposto acima, o avaliado é pessoa com deficiência e se enquadra na previsão legal contida no artigo 4º do decreto Federal nº 3.298/99 e 5.296/04 e por este motivo faz jus a integrar o percentual de cotas previsto no Art. 93 da Lei Federal 8.213/91

1. Espécie de deficiência.....: Deficiência Física
2. Descrição da deficiência.....: Monoparesia no Membro Superior Esquerdo. Sequela de fratura da cabeça do rádio.
3. CID da deficiência constatada...: G 83.2
4. Nível da deficiência constatada: Monoparesia no membro superior esquerdo devido a limitação articular (déficit de 3° para extensão do cotovelo esquerdo). Força grau 2 para (bíceps/tríceps esquerdo). Apresenta dificuldade para transportar peso com os membros superiores.

João Pessoa, 8 de setembro de 2016

LUCIA MARIA DE SOUZA ARAUJO

CRM: 2112-PB

Lucia Maria de Souza Araújo
CRM 2112
CNS:201561360010005-1

Rua Dr. Orestes Lisboa, s/n - Conj. Pedro Gondim

João Pessoa-PB - Fones: (83) 3214-7879 - 3244-1542 e 3224-7239 - Fax: (083) 3224-2495

Site: www.funad.pb.gov.br E-mail: funad@funad.pb.gov.br

<http://www.funad.pb.gov.br/laudo.asp>

12





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0851089-56.2017.8.15.2001

DESPACHO

V i s t o s , e t c .

Em determinados casos promovidos perante o Poder Judiciário, extrai-se a necessidade da comprovação do prévio requerimento administrativo como requisito essencial para a utilidade da providência jurisdicional, isso porque a provocação do Estado e a posterior concretização do processo não pode ser instrumento de mera consulta, mas sim, meio de aplicação da justiça, como forma de soluções de conflitos. Especificamente nas ações em que se pretende a cobrança do seguro obrigatório (DPVAT), este Juízo se posiciona no sentido da necessidade do demandante instruir sua petição inicial com o comprovante de prévio requerimento administrativo. Nesse sentido é a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. (RE 839.314 MA) e do TJPB (AI 0002366-96.2015.815.0000).

Dessa forma, intime-se a parte autora, via seu advogado, para emendar sua peça inicial, a fim de acostar nos autos o comprovante do seu prévio requerimento administrativo, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento (art. 321 do CPC/2015). Não havendo a apresentação da emenda, certifique-se e após, façam-se os autos conclusos para extinção.

JOÃO PESSOA, 17 de outubro de 2017.

Josivaldo Félix de Oliveira

Juiz de Direito



MM JUIZ DA 1ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

PROCESSO Nº: 0851089-56.2017.8.15.2001

ISAÍAS FELIPE DE MELO, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem por intermédio de seu advogado subscrito, a presença de V.Exª, emendar a inicial no intuito de suprir as necessidades evidenciadas no despacho de ID nº: 10249347.

Conforme se sabe, desnecessário é o esgotamento das vias administrativa para se pleitear o seguro DPVAT. Na peça inaugural, já se demonstrou que os valores pagos em sede de pedido administrado são claramente injustos, tendo em vista que os valores estabelecidos pelas seguradoras não são atualizados desde 2006. Neste sentido já é assente na doutrina o entendimento da desnecessidade de pleitear-se tal direito nas vias administrativas. Deste modo, vale citar:

Ementa: "AÇÃO DE COBRANÇA." SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES EM VIA TERRESTRE - DPVAT . **PEDIDO ADMINISTRATIVO.DESNECESSIDADE INTERESSE PROCESSUAL EXISTÊNCIA. Há interesse processual (no caso concreto) porque desnecessário era ao Apelado o prévio esgotamento da via administrativa para o ajuizamento da Ação de Cobrança, que tem por objetivo o recebimento do DPVAT , conforme remansosa jurisprudência sobre a questão.SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT).** PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL A data do registro da consolidação da incapacidade permanente do beneficiário é o marco inicial para que se apure o prazo da prescrição da cobrança do Seguro Obrigatório - DPVAT , no caso ocorrido em 10 de janeiro de 2006, conforme atestado médico que instrui o pedido INVALIDEZ PERMANENTE INDENIZAÇÃO DEVIDA O valor estabelecido por lei não pode ser objeto de redução por meio de resoluções de entidades seguradoras Deve-se adotar para o cálculo da indenização o salário mínimo vigente no território nacional. O acidente que vitimou o Requerente ocorreu em 3 de dezembro de 2001 (folha 3), em plena vigência da Lei n" 6 194, de 19 de dezembro de 1974, correta è a fixação da verba indenitãna em 40 salários mínimos. (TJ-SP - Apelação APL 992090876015 SP (TJ-SP), Data de publicação: 24/04/2010) (grifo nosso).

De todo modo, em obediência ao despacho de V. Exª., o autor vem apresentar comprovante de ingresso com o pedido administrativo a época do acidente, mas que nunca foi apreciado, ficando o autor, até a presente data, sem uma resposta concreta de seu pedido.

Nestes termos

Pede Deferimento.



João Pessoa, 21 de novembro de 2017.

VINÍCIUS DE ALMEIDA BANDEIRA OAB/PB – 23442.





Seguradora Líder - DPVAT

Rio de Janeiro, 07 de Outubro de 2016

Carta n°: 9837924

A/C: ISAIAS FELIPE DE MELO

Sinistro: 3160602533 ASL-1089184/16
Vítima: ISAIAS FELIPE DE MELO
Data Acidente: 02/04/2016
Natureza: INVALIDEZ
Procurador: JOSE EDUARDO DA SILVA

Ref.: AVISO DE SINISTRO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que consta em nossos registros, a abertura do pedido de indenização.

Para acompanhar o seu processo, acesse o site www.dpvatsegurodotransito.com.br, ou ligue para o SAC DPVAT 0800 022 12 04.

Para fazer a consulta, tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário. Ao digitar qualquer um desses números no site www.dpvatsegurodotransito.com.br, não utilize barras, pontos ou traços.

Outras informações importantes sobre o seu pedido de indenização:

- O prazo para recebimento da indenização é de até 30 dias. Durante a análise do seu pedido, podem ser solicitados documentos ou informações complementares.
- Quando isso ocorre, o prazo de 30 dias é interrompido e se reinicia a partir da apresentação dos documentos ou das informações complementares.
- O Valor da garantia é de R\$ 13.500,00 para a Natureza Morte, até R\$ 2.700,00 para reembolso de despesas médicas para a Natureza DAMS, e, para Natureza de Invalidez é proporcionalmente ao grau da lesão sofrida e, na forma da lei, pode alcançar o limite máximo de R\$ 13.500,00.

ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Solicitamos que os documentos sejam encaminhados à Sabemi Seguradora S/A de origem onde o sinistro foi cadastrado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 012650/14, U - Carta_01





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0851089-56.2017.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Tratando-se de pessoa pobre na acepção jurídica do termo (CPC, artigo 98, caput), DEFIRO a gratuidade da justiça, conforme as isenções estabelecidas no artigo 98, § 1º, do Código de Processo Civil. Considerando que a praxe na comarca é da realização de audiência de conciliação em ato contínuo à perícia médica em regime de mutirão, não vislumbro, nesta fase inicial, sem o devido laudo médico, a viabilidade de composição consensual na demanda e, por tal motivo, deixo de designar a audiência a que alude o disposto no artigo 334 do Código de Processo Civil. Cite-se o réu para integrar a relação jurídico-processual (CPC, artigo 238) e oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (CPC, artigos 219 e 335), sob pena de revelia e presunção de veracidade das alegações de fato aduzidas pelo autor (CPC, artigo 344), cujo termo inicial será a data prevista no artigo 231 do CPC, de acordo com o modo como foi feita a citação (CPC, artigo 335, III).

JOÃO PESSOA, 10 de fevereiro de 2020.

Juiz(a) de Direito

